



Número: **0000123-03.2018.8.17.2270**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Unica da Comarca de Betânia**

Última distribuição : **16/11/2018**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
SEBASTIAO LUIZ DA SILVA (AUTOR)		ROMICEDES SILVESTRE TOME (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
81701958	02/06/2021 09:49	<a href="#">Outros (Documento)</a>	Outros (Documento)
81701964	02/06/2021 09:49	<a href="#">PJE 000123-03.2018.8.17.2270</a>	Laudo Pericial
81701969	02/06/2021 09:49	<a href="#">INFORMATIVO</a>	Informes

# JUNTADA DO LAUDO PERICIAL

Betânia, 02 de junho de 2021

Eugênia de Souza Araújo  
Técnica Judiciária





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

Vara Única da Comarca de Betânia

R LUIZ MESTRE, S/N, Forum João Jungmann, Centro, BETÂNIA - PE - CEP: 56670-000 - F: (87) 38521911

Processo nº 0000123-05.2018.8.17.2270

AUTOR: SEBASTIAO LUIZ DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

#### DESPACHO

Trata-se de ação de cobrança de seguro DPVAT.

Fixo como único ponto controvertido a extensão do eventual dano sofrido pela parte autora.

Cumpra esclarecer que o destinatário da prova é o Juiz, cabendo a ele determinar, ainda que de ofício, a produção das provas necessárias à instrução do processo.

No presente caso, verifica-se que para o deslinde da causa, torna-se imprescindível a realização de perícia, nos termos do art. 370 do CPC.

Importante frisar que a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT se comprometeu a custear as despesas referentes aos honorários de peritos indicados pelos juizes do Tribunal de Justiça de Pernambuco[1]. Nesse contexto, estabeleceu-se que o valor da perícia será de R\$ 200,00 (duzentos reais) para pautas concentradas.

Tendo em vista que ainda não houve tempo hábil para o cumprimento do art. 156, §§ 1º e 2º do CPC e da Resolução nº 233 do CNJ, aplico, por analogia, o que preceitua o art. 156, § 5º do CPC:

*"§ 5º Na localidade onde não houver inscrito no cadastro disponibilizado pelo tribunal, a nomeação do perito é de livre escolha pelo juiz e deverá recair sobre profissional ou órgão técnico ou científico comprovadamente detentor do conhecimento necessário à realização da perícia."*

Dessa forma, objetivando imprimir efetividade ao feito, considerando ainda ser direito das partes obter a solução integral de mérito em prazo razoável, conforme prescrição do art. 4º do CPC, bem como evitando-se em conta o dever de cooperação dos sujeitos do processo, conforme art. 6º do mesmo diploma processual:

- DESIGNE-SE, na secretaria data para a realização do exame pericial para o dia, por ordem de chegada (havendo intervalo para almoço), devendo a parte autora comparecer ao Fórum desta comarca de Custódia/PE munida de todos os exames, atestados e documentos médicos que possam atestar as suas alegações quanto ao grau de invalidez, ficando ciente ainda de que a ausência injustificada acarretará a preclusão da prova e julgamento imediato do feito;
- NOMEIO perito para avaliar a alegada invalidez da parte autora, o Dr. ARTHUR LUIZ CORREIRA DE MEDEIROS, médico ortopedista, CRM/PE 18765, que deverá ser INTIMADO pelo e-mail clicamedeiros@hotmail.com. O perito, oportunamente, deverá encaminhar a este Juízo, também por e-mail, o termo de compromisso.

Por via a intimação da Seguradora para que proceda o depósito do valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), referente aos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.



Assinado eletronicamente por MANOEL BELMIRO NETO - 20/05/2020 01:18:06  
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2005200115477060000058958940>  
Número do documento: 2005200115477060000058958940

Num. 59970162 - Pê



O pagamento dos honorários periciais será feito (após a realização da perícia e entrega do laudo pericial) mediante transferência bancária da conta judicial para a conta de titularidade do expert (Banco Bradesco S/A, agência 2300, conta corrente 1867-8). Caso não haja mais questionamentos acerca dos honorários periciais, fica, desde logo, determinada a EXPEDIÇÃO de ofício para a Caixa Econômica Federal autorizando a transferência.

No prazo de 15 dias, incumbe às partes arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso, indicar assistente técnico e apresentar quesitos.

O perito deverá responder os seguintes quesitos, os quais passo a enumerar em vista do disposto no art. 465, caput, c/c art. 470, II, do NCPC:

#### "QUESITOS"

1. Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

- a) Sim
- b) Não

2. Descrever o quadro clínico atual informando:

- a) Qual(is) região(ões) corporal(is) encontram-se acometidas: *Perímetro exposto*
- b) As alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma. *Fraqueza dos membros*
- 3. Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:  
☒ Disfunções apenas temporárias
- b) Dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo, informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima:

4. Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

- a) Sim. Em que prazo?
- b) Não

Observação: em caso de enquadramento na opção "a" do item 4 ou de resposta afirmativa ao item 5, favor não NÃO responder os demais quesitos assinalados.

5. Segundo o previsto na Lei 11.945/2009, favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando; segundo o anexo constante à Lei 11.945/2009, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

- a) Total (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima).
- b) Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima).

b.1) Parcial completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2) Parcial incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º, do art. 3º, da Lei 6.194/74, com redação introduzida pelo, art. 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anatômico (discrimine o local da lesão e o



Assinado eletronicamente por: M<sup>o</sup> NOEL BELMIRO NETO - 20/05/2020 01:16:06  
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=210602094915651000000058958940>  
Número do documento: 210602094915651000000058958940

Num. 59970162 -



percentual)

1ª lesão: \_\_\_\_\_

- a) 10% - residual
- b) 25% - leve
- c) 50% - média
- d) 75% - intensa

2ª lesão: \_\_\_\_\_

- a) 10% - residual
- b) 25% - leve
- c) 50% - média
- d) 75% - intensa

3ª lesão: \_\_\_\_\_

- a) 10% - residual
- b) 25% - leve
- c) 50% - média
- d) 75% - intensa

Observação: Havendo mais de três seqüelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios acima apresentados."

Anexado o laudo comprovando a realização da perícia, INTIME-SE as partes para se pronunciarem no prazo comum de 15 (quinze) dias, a teor do § 1º, do art. 477, do CPC.

Decorrido o prazo, retornem os autos conclusos.

Intime-se.

Betânia/PE, nesta data.

Manoel Belmiro Neto  
Juiz Substituto

[1] CONVÊNIO Nº 014/2017-TJPE, CELEBRADO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO E A SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO CPVAT S.A. Objeto: Estabelecimento das bases de cooperação entre os partícipes, no âmbito das suas respectivas áreas de atuação, com vistas à realização de perícias médicas judiciais presenciais em ações envolvendo os Seguros Obrigatório de Danos Pessoais por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, Da Vigência: 60 (sessenta) meses, com efeitos a partir de 24/03/2017. Do Preço e da Dotação Orçamentária: As perícias realizadas serão pagas pela SEGURADORA LIDER, a um valor fixo de R\$ 300,00 (trezentos reais) por perícia médica judicial presencial no curso normal do processo a R\$ 200,00 (duzentos reais) para perícia médica judicial presencial realizada em Multões de Conciliação ou Pauta Concentrada de Perícias, independente de seu resultado (constatação ou não de invalidez permanente da vítima periciada). – Dje - Edição nº 86/2017.



Assinado eletronicamente por: MANOEL BELMIRO NETO - 20/05/2020 01:16:06  
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2005200115477060000058958940>  
Número do documento: 2005200115477060000058958940

Num. 59970162 - Pág.



INFORMATIVO

Venho Informar por meio deste, a realização das perícias médicas referente aos processos:

Nº 0000123-03.2018.8.17.2270, Nº0000127-06.2019.8.17.2270, Nº0000123-66.2019.8.17.2270, Nº0000134-95.2019.8.17.2270, Nº0000124-51.2019.8.17.2270 no valor de R\$200,00(duzentos) reais.

DADOS BANCARIOS:

BRABESCO - CC:1867-8 AG.2300-0

CUSTÓDIA, 24 de Maio de 2020



ARTHUR LUIZ C. DE MEDEIROS

CRM 18765

